

A maior gráfica oficial da América Latina

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

Criado em 1963, o Centro Gráfico do Senado Federal (Cegraf) é considerado hoje o maior parque gráfico oficial da América Latina. Instalada numa área de mais de 22 mil metros quadrados, que inclui uma usina própria de geração de energia capaz de abastecer uma cidade de até 30 mil habitantes, esta gráfica conta com equipamentos de última geração.

São duas rotativas, da marca Goss Community e Cromoset, trinta micro 486 e uma impressora Xerox Docutech, que imprime obras em preto/branco e em cores, grampeia e ainda empacota. Um supercomputador "mainframe" do Prodasen dá apoio a todo esse parque gráfico, que emprega 1,2 mil funcionários - dos quais 991 atuam na linha de produção - e consome um orçamento anual de R\$ 12 milhões.

Com capacidade de produção altamente competitiva, que poderia abalar o mercado gráfico de Brasília - o quarto maior do País -, o Cegraf atende exclusivamente o Congresso Nacional. Nunca gostou muito de publicidade, principalmente quando se trata da divulgação da lista de encomendas solicitadas por parlamentares.

Até para os próprios funcionários do Legislativo, o Cegraf é considerado uma "caixa-preta". Sua direção sempre recusou-se a listar as publicações feitas para parlamentares. Mesmo antes da polémica criada sobre o uso indevido da gráfica do Senado, que acabou tendo como consequência a cassação do registro de candidato do presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB/PB).

O excesso de segurança é a marca registrada do Cegraf. O prédio só tem uma porta de entrada e saída. É proibido o acesso do cidadão comum às suas dependências. E até mesmo seus servidores sofrem com o rigoroso controle quando passam pela portaria principal.

"Isto aqui é pior do que Alcatraz. Qualquer saída do trabalho é registrada e deve ser compensada", lembra Agaciel da Silva Maia, diretor executivo do Cegraf há oito anos.

Uma resolução assinada pelo senador Auro de Moura Andrade, em 1963, garantiu a instalação do Cegraf em meio a uma crise entre o Legislativo e o Executivo. Como presidente do Senado, Moura Andrade decidiu criar uma gráfica própria para o Legislativo ao tomar conhecimento de que o então presidente João Goulart (Jango) havia censurado o Diário do Congresso, na época impresso pelo Departamento de Imprensa Nacional (DIN), mandando retirar a íntegra de um discurso ofensivo ao governo.

Outra precaução tomada

pelo Legislativo, para garantir sua autonomia, foi instalar uma usina própria de geração de energia para atender não só o Cegraf, como todo o Congresso, em casos de blecaute na cidade. Conta Agaciel Maia que "não foram raros os momentos de crise com o Executivo que coincidiram com misteriosas quedas de energia no Congresso". Ele não soube precisar, no entanto, quando a usina foi acionada pela última vez.

Entre as publicações oficiais feitas atualmente pelo Cegraf estão: três jornais diários, o orçamento da União e suas emendas, avulsos de proposições legislativas (como ordem do dia, projetos de lei e requerimentos), impressos produzidos pelas CPI, revistas internas e atividades referentes a tramitação e promulgação de emendas constitucionais. Isso representa 92% da atividade industrial da gráfica do Senado.

É justamente nos 8% restantes de sua produção que o Cegraf tem dificuldades de explicar: atender encomendas de parlamentares, o que sempre foi uma prática comum, seja para fazer simples cartões de apresentação, seja calendários de parede - como os 130 mil solicitados por Humberto Lucena. "De 1963 até 1983, não havia qualquer controle sobre estes pedidos. Nem mesmo cota", ressalta Agaciel Maia.

Em 1983, o senador Nilo Coelho, como presidente do Congresso, tentou criar limites a essa prática e estabeleceu regras especificando os tipos de serviço gráfico que poderiam ser encomendados por parlamentares. Seu sucessor, o senador Moacir Dalla, não só ignorou as normas fixadas mas também aproveitou a transição do regime militar para o democrático para patrocinar o mais famoso "trem da

alegria" do serviço público, que contratou 1.402 servidores, incluindo jornalistas, sem concurso público.

Hoje, quase 40% dos funcionários registrados na folha de pagamento do Cegraf não são concursados nem todos comparecem regularmente ao trabalho.

Cada senador tem uma cota anual de R\$ 4,16 mil para gastar com encomendas ao Cegraf. No mercado privado, esse valor não daria para muita coisa. Mas na gráfica oficial, esse serviço é subsidiado.

Os 130 mil calendários feitos para o senador Lucena custaram R\$ 1 mil. Em pesquisa feita por este jornal junto a três gráficas privadas de Brasília, o mesmo serviço custaria entre R\$ 14 mil e R\$ 34 mil.

Na gestão do senador Mauro Benevides (PMDB/CE), como presidente do Congresso, lembra Agaciel Maia, foi publicada uma resolução da Mesa Diretora do Senado mais uma vez regulamentando o uso do Cegraf por parlamentares, autorizando expressamente a publicação não só de calendários mas também de cadernos escolares com a fotografia de políticos.

Isso não impediu, porém, a punição de Lucena pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A justiça eleitoral ainda investiga outros parlamentares: os senadores Nelson Carneiro (PP/RJ), Ney Maranhão (PRN/PE), Lourival Batista (PFL/SE), Alexandre Costa (PFL/MA), Henrique Almeida (PMDB/AP), os deputados Nelson Bournier (PL/RJ), Roseana Sarney (PFL/MA) e o ex-governador do Maranhão, Edison Lobão (PFL).

No Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro Bento Bulgarim deve decidir, até a próxima quarta-feira, se acata ou não uma representação do líder do

PT na Câmara, deputado José Fortunatti (TS), que pede investigação sobre o uso irregular da gráfica do Senado. Mesmo que a ação seja acolhida, técnicos TCU acreditam que será muito difícil que algum parlamentar seja obrigado a ressarcir os cofres públicos antes do fim de seu mandato.

Agaciel Maia acha que a punição de Lucena, por si só, pode já ter alterado um costume que se vinha mantendo desde a inauguração do Cegraf. "Ninguém mais vai querer fazer nada na gráfica, temendo a repercussão negativa", avalia. Muitos parlamentares, incluindo o senador Divaldo Suruagy (PMDB), candidato ao governo de Alagoas, já solicitou ao órgão a lista de suas encomendas para provar a seus eleitores que não fez nada irregular.

Com bom trânsito entre os parlamentares e o apoio do Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis), Agaciel Maia vem mantendo-se à frente da diretoria executiva do Cegraf há quatro gestões e tem hoje a maior remuneração do órgão, R\$ 2.516. Os salários mais baixos giram em torno de R\$ 900.

Fiel à classe política, funcionários do Congresso dizem que Agaciel Maia mantém um cofre em seu gabinete para guardar os fotolitos dos trabalhos feitos para parlamentares que não seriam considerados muito regulares. Ele nega com veemência esses rumores.

Prefere falar das grandes publicações do Cegraf, como a produzida durante a Assembleia Nacional Constituinte, que transformou 2.200 toneladas de papel em documentos. "Se isto tivesse sido produzido numa gráfica particular, teríamos gasto o orçamento de dez anos de funcionamento do Cegraf", observa.